

II JORNADAS DE EDUCAÇÃO SOCIAL

Dinâmicas Sociais - Espaços de Pensamento - a intervenção social em contexto de crise

Bragança 18 e 19. Junho . 2009

ISSN 1647-6964

ppb
Programa de Pós-Graduação em Políticas
da Universidade de Coimbra
www.ppb.ucp.pt

Pobreza e Exclusão Social no Bairro da Mãe d'Água Poverty and Social Exclusion in the Bairro da Mãe d'Água

Maria do Nascimento Mateus – mmateus@ipb.pt

Andreia Silva - andreialoirab@hotmail.com

Sara Cordeiro - sara-ptsc@hotmail.com

Tânia Sampaio - tanita1982@hotmail.com

Verónica Fonseca - veronica.vcf@hotmail.com

Resumo

Este trabalho teve como objectivos analisar a situação socioeconómica dos moradores do Bairro da Mãe d'Água, as condições habitacionais de cada agregado familiar e compreender os problemas sociais existentes no bairro de forma a concluir se este é ou não gerador de pobreza e/ou exclusão social. Para tal, como metodologia optou-se por um estudo de caso, onde a técnica de pesquisa utilizada foi o inquérito por questionário, aplicado a cinquenta e oito moradores do referido bairro e algumas entrevistas informais feitas ao técnico responsável pelo Sector de Habitação da Câmara Municipal de Bragança, a quem cabe, no momento, a responsabilidade da administração do mesmo.

Palavras-chave: condições habitacionais, problema sociais, exclusão social, pobreza.

Abstract

This work was aimed to analyze the socioeconomic situation of the residents of the District of the Mother of Water, the housing conditions of each family and understand the social problems existing in the district in order to conclude whether or not this is generating poverty and / or exclusion social. For such methodology as it was a case study where the technique was used to search the survey by questionnaire, applied to fifty-eight residents of the neighborhood and a few informal interviews at the technician responsible for the Housing Sector of the City Council from Bragança, which has at the moment, the responsibility of the administration of it.

Keywords: housing conditions, social problems, social exclusion and poverty.

Introdução

O presente trabalho, subordinado ao tema Pobreza e Exclusão Social no Bairro da Mãe d'Água, foi realizado por um grupo de alunos da Escola Superior de Educação, do curso de licenciatura em Educação Social, que efectuaram as suas práticas de Intervenção Sócio-Educativa na Câmara Municipal de Bragança, durante o ano lectivo de 2007-2008.

Nas II Jornadas de Educação Social - *Dinâmicas Sociais – Espaços de Pensamento: a intervenção social em contexto de crise*, foi apresentada uma comunicação, a publicar na Revista EduSer, cuja reformulação é da responsabilidade das autoras.

Os objectivos definidos para a concretização do estudo foram: analisar a situação socioeconómica dos moradores do Bairro da Mãe d'Água, as condições habitacionais de cada agregado familiar e compreender os problemas sociais existentes no bairro de forma a concluir se este é ou não gerador de pobreza e/ou exclusão social. Neste sentido, foram, teoricamente, abordados os conceitos de pobreza e exclusão social, descritos os factores, as causas, os domínios e as dimensões desta problemática.

Enunciado o problema - Será que bairro social da Mãe d'Água oferece aos seus moradores condições habitacionais condignas, de forma que estes o sintam como um espaço onde gostam de viver e não como lugar gerador de pobreza e ou exclusão social? Colocaram-se, de imediato, algumas questões para as quais se pretendem obter respostas.

Poderá a situação socioeconómica dos moradores do bairro contribuir para a degradação das habitações?

Serão as condições de habitabilidade adequadas a cada agregado familiar?

Poder-se-ão combater os principais problemas sociais existentes no bairro?

Que razões levam os moradores a sentirem -se excluídos da vida social?

Os indicadores que possibilitaram o desenvolvimento de opiniões foram os indicadores biográficos (idade, sexo, habilitações académicas, situação profissional), os indicadores interactivos (gostar de viver no bairro, boa relação com os moradores, ordenamento territorial das habitações, possibilidade de transferência de moradores, espaços destinados para convívio social, instituições que beneficiam os moradores, condições habitacionais, opinião sobre o bairro, existência de problemas sociais, possibilidades de exclusão pelos moradores e de viver noutra bairro, viver num bairro social é factor de exclusão) e o indicador resultado (Pobreza e exclusão social no Bairro Da Mãe d'Água).

Foi utilizada uma metodologia com base num estudo de caso de uma situação, onde as técnicas de pesquisa usadas permitiram a análise e interpretação dos dados, obtidos através de inquéritos por questionários e que permitirão tecer algumas considerações finais.

Conceitos de Pobreza e de Exclusão Social

A noção de pobreza data de longe e descreve uma condição objectiva de carência. Neste sentido, é importante salientar que a pobreza e a exclusão social são dois termos que se encontram interligados, ou seja, a pobreza pode gerar exclusão social e vice-versa. Todavia, na perspectiva de Clavel (2004), nas duas últimas décadas *o termo «exclusão social» tende a substituir o de «pobreza» para traduzir algumas formas de disfuncionamento da sociedade moderna* (p. 21).

No que se refere à exclusão social, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2003) pode dizer-se que é um termo recente, todavia muito generalizado, aplicando-se em variadíssimas situações. É de referir, ainda, que a exclusão social está *directamente relacionada com a insatisfação, o mal-estar de todo o ser humano quando se encontra em situações nas quais não pode realizar aquilo que deseja e ambiciona para si próprio e para a sua família* (p.13).

A exclusão social surgiu da agudização das desigualdades sociais originadas pelo desenvolvimento económico. Esta situação resulta de uma relação de oposição entre aqueles que movimentam os seus recursos, no sentido de participarem socialmente e aqueles que não dispõem desses recursos, tornando-se, assim, incapacitados para o fazer. Portanto, é possível verificar que exclusão social e pobreza não se podem dissociar (Rodrigues *e tal.*, (s/d).

Evolução da Pobreza e da Exclusão Social em Portugal

Em relação a Portugal, pode-se dizer que a revolução do 25 de Abril de 1974 trouxe mudanças a todos os níveis. Começaram a sentir-se transformações profundas que constituíram o processo de modernização, no entanto, estas transformações geraram instabilidade política, económica e social. Devido à passagem de um regime ditatorial para um regime democrático houve movimentos migratórios que deixaram de existir e outros que marcaram profundamente Portugal, nomeadamente, os retornados. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2003), o aumento da população, associado à instabilidade presente no país, acentuou as assimetrias entre a população, levando a um aumento da pobreza e consequente exclusão social.

Sobre a incidência da pobreza em termos regionais, concluiu-se que a zona de Portugal, que na década de 90 possuía níveis de pobreza mais baixos, era a região de Lisboa e Vale do Tejo, com maior incidência no Alentejo (Costa *e tal.*, 1998). Ainda, de acordo com os mesmos autores, apesar de a pobreza ser uma realidade predominantemente rural, a situação de pobreza é qualitativamente pior nos centros urbanos. Na óptica do mesmo estudo, a população mais afectada pela pobreza é a população idosa e as famílias com poucos membros. Além disso, a pobreza está mais associada a agregados representados por mulheres, a representantes familiares com níveis de instrução baixos, a trabalhadores por conta própria, a dependentes de pensões e a famílias com elementos mal remunerados. Estes factos devem-se, em grande parte, ao crescimento populacional que se verificou nas décadas anteriores e que contribuiu para o aumento dos desequilíbrios na distribuição espacial da população, acentuando-se as assimetrias regionais.

Na perspectiva de Rodrigues *et al* (s/d), actualmente, existe uma nova pobreza que se contrapõe à pobreza tradicional. Enquanto a primeira está relacionada com as *reestruturações económicas e tecnológicas e com os seus efeitos no sistema produtivo* (p. 67), nomeadamente, no que se refere ao desemprego e à precariedade do emprego, a segunda está associada a uma *situação crónica* (p. 67), que enquadra um estatuto inferior e desvalorizado. Assim, de acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatística) citado pelos autores anteriores, em 2005, mais de dois milhões de pessoas, viviam em situações de pobreza, o que corresponde, aproximadamente, a 1/5 da população.

Em jeito de conclusão, pode afirmar-se que a pobreza e conseqüente exclusão social estão intimamente ligadas com o desenvolvimento económico e tecnológico do país e com as desigualdades que advêm desse progresso.

Factores e causas da Pobreza e Exclusão Social

A pobreza e a exclusão social possuem um carácter multidimensional e sistémico, que permite identificar os factores e as causas que estão na sua origem. De acordo com Eduardo (2008) estes fenómenos resultam da *interacção e convergência de múltiplas desvantagens sociais que desencadeiam no seu conjunto um cenário propício à sua propagação* (p.21). Na perspectiva do mesmo autor, estes dois fenómenos têm subjacentes factores do tipo macro (globais), meso (locais) e micro (pessoais e familiares). Os primeiros dizem respeito à organização e funcionamento dos sistemas económicos e financeiros predominantes no Mundo, numa determinada altura. Os segundos têm origem nas políticas e nos elementos culturais dominantes e têm impacto a nível local. Por fim, os factores do tipo micro, envolvem variáveis como a dimensão e estatuto da família, saúde, idade, educação, projectos de vida, oportunidades, opções pessoais, entre outros. Estes factores são muito importantes para perceber as interacções que se estabelecem ao nível social e pessoal. É também com base nestes factores, que se percebe a origem das causas da pobreza e da exclusão social.

Em relação às causas, pode-se dizer que não existem causas específicas para a existência de pobreza e de exclusão social, no entanto, existem algumas dimensões que propiciam mais do que outras o aparecimento destas duas variáveis. Dessas dimensões, destacam-se: a família, a idade e a educação.

Relativamente à primeira dimensão, constata-se que a transmissibilidade intergeracional é uma via que propicia a perpetuação do fenómeno, pois as condições de vida da família

condicionam o futuro dos elementos mais jovens, uma vez que, não têm um acesso generalizado a recursos materiais disponíveis nem a aspectos sociais e culturais.

A idade é outra dimensão que propicia o aparecimento da pobreza e da exclusão social, pois os idosos estão mais expostos às problemáticas referidas devido aos baixos rendimentos que advêm das pensões e ao facto de viverem sozinhos e isolados.

No que respeita à educação pode-se dizer que esta, é talvez, a dimensão mais importante para explicar as causas da pobreza e da exclusão social. A educação está ligada a todas as dimensões da vida humana e social. Como a população mais pobre não possui ou possui baixos níveis de educação e de formação profissional, é-lhe dificultada a sua inserção no mercado de trabalho.

Em suma, poder-se-á dizer que o fenómeno da pobreza e da exclusão social pressupõe um ciclo vicioso, ou seja, as pessoas não conseguem investir em si próprias pois têm poucos rendimentos e não conseguem auferir melhores salários porque não têm formação pessoal qualificada.

Pobreza e Exclusão Social – Domínios e Dimensões

Domínios da pobreza

Existem vários domínios onde se pode verificar a existência da pobreza, entre os quais se destaca, a habitação, saúde, educação, emprego ou desemprego (Almeida *e tal.*, (1994).

Relativamente às condições de habitação, o autor refere que, a pobreza poderá corresponder a uma situação habitacional precária, onde o conforto é inexistente, devido aos elevados graus de insalubridade, de superlotação e de inadequação geral dos alojamentos. É de salientar, por exemplo, os bairros de lata ou bairros degradados, onde várias famílias partilham o mesmo alojamento, o número médio de pessoas por divisão é elevado e poucos têm acesso às infra-estruturas básicas, tais como, electricidade, água, rede de esgotos, recolha de lixo, entre outros. Assim, pode-se concluir que as más condições habitacionais, sinónimo de famílias com um nível económico baixo, fazem com que estas pessoas fiquem mais vulneráveis à exclusão social.

A saúde é outro domínio influenciado pela pobreza. Na perspectiva de Clavel (2004), o mau estado de saúde das pessoas em situação de pobreza, poderá levar ao questionamento sobre as dificuldades e desigualdades de acesso aos serviços de saúde. Neste sentido, o autor afirma que *A situação económica dos indivíduos determina, no essencial, o seu grau de acesso aos cuidados de saúde assim como a sua cobertura social efectiva* (p. 90).

As pessoas com poucas possibilidades económicas procuram menos os serviços de saúde, portanto, esta população está mais vulnerável a contrair doenças, a ter elevadas taxas de mortalidade infantil, tendo por isso uma esperança média de vida mais baixa (Almeida *et al* (1994).

No que diz respeito à Educação, o mesmo autor menciona que, tal como acontece nas dimensões da exclusão social, a falta de educação poderá aumentar as situações de pobreza. Por outras palavras, à pobreza associam-se níveis de escolaridade baixos e tardios, saídas precoces do sistema educativo e reprovações, resultando numa maior proporção de analfabetos e uma baixa escolaridade. Desta forma, a inserção no mercado de trabalho torna-se mais difícil e quando esta acontece, processa-se em empregos mal remunerados e precários.

O emprego/desemprego poderá ser um factor conducente de pobreza. Na perspectiva de Clavel (2004) esta situação verifica-se, pois *se o trabalho dá recursos (salário), a perda do emprego acarreta um empobrecimento das pessoas ou das famílias.* (p. 72). Por outras palavras, poder-se-á dizer que o desemprego ou o emprego precário e mal remunerado impede os indivíduos de acederem a estilos de vida mais dignos.

Dimensões da exclusão social

A exclusão social poderá ter origem em diversas dimensões, nomeadamente, na família, escola, etnicidade, toxicodependência e emprego.

Relativamente à família, de acordo com Clavel (2004) as mudanças familiares ocorridas a partir dos anos 60 conduziram a situações de exclusão social, uma vez que se verificou a destruição dos laços familiares tradicionais. Por outras palavras, actualmente, verifica-se uma desresponsabilização parental e um abandono familiar, por parte de algumas famílias, o que conduz a situações de exclusão social.

O estilo de vida actual é dirigido para a urbanização, individualização e utilidade económica, conduzindo a uma redução do espaço de intervenção familiar na socialização e educação dos filhos. A emancipação da mulher e o isolamento da família sobre o seu núcleo central (pais e filhos), em conjunto com outras situações, tais como, o desinteresse e a falta de supervisão dos pais, a habitação em lugares degradados e o insucesso escolar, poderão conduzir a fenómenos de exclusão social. Em suma, algumas famílias são vítimas de exclusão social, pois possuem estilos de vida incompatíveis com o que está estabelecido socialmente. Todavia, é importante salientar que a exclusão social, também, se verifica devido a atitudes racistas e xenófobas.

No que diz respeito à escolaridade, a mesma autora afirma que, o analfabetismo, os baixos níveis de escolaridade, uma vida académica marcada pelo absentismo, pelo insucesso ou pelo abandono escolar, são factores de risco que poderão conduzir a situações de exclusão social. Neste sentido, pode-se dizer que, apesar das políticas de massificação do ensino, existem indivíduos com dificuldade em lidar com as exigências da sociedade actual, nomeadamente, com as novas tecnologias. Portanto, as expectativas em relação à escola nem sempre são correspondidas, originando, por vezes, sentimentos de frustração por parte do indivíduo.

De acordo com Clavel (2004) a escola é a instituição onde são depositadas expectativas, esperanças e apostas no futuro. Desta forma, pode-se dizer que *o futuro de cada um depende dela: a formação proporciona a capacidade de arranjar um emprego, de ter recursos e um estatuto social que permitam condições de existência e familiares decentes* (p. 101). Ou seja, a educação influencia várias áreas da vida do indivíduo, seja pela positiva ou pela negativa.

A etnicidade dos indivíduos poderá ser outra dimensão que conduz à exclusão social. Esta situação verifica-se, pois a sociedade nem sempre concede, às minorias étnicas condições de legalização, igualdade e dignidade humana. Portanto, estas minorias, muitas vezes, submetem-se a trabalhos precários e mal remunerados, a escolas que não respondem às suas necessidades e a habitações sem condições mínimas desejáveis.

A toxicodependência, segundo a mesma autora, é um problema que pode levar à exclusão social. Isto acontece porque a maioria dos toxicodependentes estão desempregados, porquanto a sua condição dificulta a inserção no mercado de trabalho. Além disso, grande parte destas pessoas provêm de famílias desestruturadas, possuem uma vida académica marcada pelo insucesso escolar, têm dificuldades em estabelecer relações interpessoais, entre outros. Em suma, a toxicodependência encerra em si, um conjunto de situações problemáticas que levam o toxicodependente a ser rotulado negativamente pela sociedade.

Em relação ao trabalho, Clavel (2004) afirma que este confere estatuto social ao indivíduo e, por sua vez, o desemprego origina a perda deste estatuto. Ou seja, o desemprego ocasiona *a perda de um reconhecimento social e de todo e qualquer sentimento de utilidade social* (p.73). O emprego confere também uma rede de relações interpessoais que são postas em causa quando o indivíduo fica desempregado. Isto acontece, porque *O desempregado perde não só as suas relações de trabalho, como também o sentimento de vergonha acaba por afastá-lo das suas redes de amigos com as quais já não se sente em sintonia* (p. 73). Todavia, para além do estatuto social e da rede de relações interpessoais, o reconhecimento, a dignidade e a auto-estima também dependem do nível de inserção do indivíduo no mundo do trabalho. Existem, contudo, alguns grupos sociais, mais

vulneráveis e susceptíveis à dificuldade de encontrar emprego e, por conseguinte, à exclusão, dos quais se destacam, desempregados de longa data, certas minorias étnicas (sobretudo as de origem africana, asiática ou cigana), deficientes, famílias monoparentais, pensionistas, entre outros.

Caracterização global do Bairro da Mãe d'Água

Pretende-se que com a caracterização global do Bairro da Mãe d'Água se compreenda, a sua evolução, desde que o bairro foi construído até ao momento presente. Para tal foram tidas algumas conversas informais com o técnico superior responsável pelo Sector da Habitação da Câmara Municipal de Bragança.

O Bairro da Mãe d'Água foi inaugurado a 1 de Dezembro de 1979, tendo por isso, uma existência de vinte e oito anos. A sua construção teve como principal objectivo alojar pessoas carenciadas, tanto a nível habitacional como económico. Portanto, o bairro pretendia acolher pessoas que se encontravam a viver em barracas, pessoas oriundas das ex-colónias, designadamente, os retornados e população de etnia cigana. Actualmente, o bairro aloja cerca de 270 moradores, porém nem todos possuem estas características.

É importante ressaltar que, inicialmente, este bairro pertencia ao IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação de Património Habitacional do Estado) e era denominado Bairro do Fundo do Fomento de Habitação da Mãe d'Água. Todavia, uma vez que, esta entidade não possuía serviços descentralizados, era incapaz de gerir satisfatoriamente as necessidades colectivas da população, aumentando, cada vez mais, as situações de carência. Neste sentido, mediante a incapacidade de gerir o bairro, o IGAPHE, em 2005, delega a administração deste espaço, de forma gratuita, à Câmara Municipal de Bragança, passando a ser denominado Bairro Social da Mãe d'Água.

A transferência deste bairro para a Câmara Municipal de Bragança representa um peso de cerca de 45%, no conjunto das casas que a Câmara Municipal possui para a habitação social.

Em relação ao espaço externo, pode-se dizer que o Bairro é constituído por oito blocos, cada um com três entradas. Estas entradas, possuem entre dois e três andares, o que corresponde a 124 fracções habitacionais. É de salientar que este bairro não possui passagem para automóveis entre os blocos e são as traseiras dos mesmos que estão voltadas para a estrada nacional, ao invés das entradas principais. Neste sentido, conclui-se que este bairro é um espaço fechado e isolado. Como espaços positivos, destaca-se a existência de um parque infantil, de um campo de futebol e de basquetebol, de alguns espaços verdes e de algumas

instituições de apoio, tais como a Igreja, o Centro Social e Paroquial do Santo Condestável, a Assistência Médica Internacional (AMI), a Instituição Reaprender a Viver, o Rendimento Social de Inserção (RSI), entre outros.

É um bairro antigo, fechado, isolado, habitado por pessoas carenciadas e problemáticas, associado, inicialmente, a uma má gestão, que se encontra, actualmente numa situação de degradação galopante.

Análise e apresentação dos resultados

Metodologia

Com o objectivo de analisar a situação socioeconómica dos moradores do Bairro da Mãe d'Água, as condições habitacionais de cada agregado familiar e de compreender os problemas sociais existentes no bairro de forma a concluir se este é ou não gerador de pobreza e/ou exclusão social, foi utilizada uma metodologia com base num estudo de caso de uma situação, onde as técnicas de pesquisa usadas permitiram a análise e interpretação dos dados, obtidos através de inquéritos por questionários e de entrevistas informais. Os questionários foram aplicados por um grupo de alunos a realizar intervenção socioeducativa no sector de habitação e acção social da Câmara Municipal de Bragança e foram construídos com questões fechadas e abertas, pois segundo Deshaies (1992) as questões fechadas são utilizadas com o objectivo de recolher dados quantitativos e as questões abertas permitiram uma análise qualitativa baseada nas justificações das respostas dadas pelos inquiridos.

O questionário foi dividido em duas partes, em que na primeira, com quatro *itens*, foram recolhidos os dados biográficos da população e na segunda, com vinte e um *itens* os dados que permitiram a informação sobre a representação e percepção da habitação, das condições de vida e da exclusão dos mais pobres por viver no Bairro da Mãe d'Água.

A análise qualitativa baseada nos dizeres justificativos dos inquiridos foi feita através da análise de conteúdo que, segundo Krippendorf (1980) (citado por Silva e Pinto, 1986) é uma técnica de investigação que permite fazer inferências. Através da análise de conteúdo é possível perceber o que acontece, o que é importante, quais as características associadas aos diferentes objectos e qual a estrutura de relações entre os mesmos.

A amostra aleatória incidiu sobre cinquenta e oito inquiridos, num universo de 270 moradores que, apesar deste número não corresponder à maioria das habitações, é importante referir que representa mais de 50% das habitações.

A aplicação dos inquéritos tornou-se extremamente difícil. As portas ou se encontravam fechadas porque os habitantes estavam ausentes, ou não se abriam porque não queriam responder à nossa solicitação, estando presente um certo receio de que algo pudesse acontecer com as suas respostas, ou porque as pessoas se recusavam a preencher manifestando que não tinham tempo, que já tinham respondido a outros, ou ainda porque outras não se encontravam em boas condições emocionais e psicológicas para o fazerem. Alguns moradores estavam sobre o efeito de álcool e drogas, chegando mesmo a agredir verbalmente o grupo que as interpelou.

Depois de ganhar a confiança dos inquiridos foi feita a aposta de aplicar os inquéritos, no fim-de-semana, nos dias 11, 12 e 13 de Abril de 2008, pois seria a forma de encontrar um maior número de pessoas disponíveis para o efeito. O grupo, acima referido, propôs-se a realizar os inquéritos por questionário em todas as casas. Todavia, o número de inquéritos preenchidos ficou muito aquém das expectativas.

Alguns dos moradores que se encontravam ausentes estavam, de momento, a realizar trabalhos sazonais noutros países, sobretudo, França e Espanha. Embora a Câmara Municipal de Bragança tivesse conhecimento que existem algumas pessoas nesta situação, não pode intervir, legalmente, desde que estas cumpram com os seus deveres, nomeadamente, com o pagamento das rendas.

Análise e apresentação dos resultados

Como se pode constatar no gráfico 1, a maior parte dos inquiridos encontram-se numa faixa etária superior aos 65 anos de idade, correspondendo a uma percentagem de 29,3%. Dos restantes, 24,1% pertencem à faixa etária dos 25 aos 39 anos; 22,4% à faixa etária dos 55 aos 64 anos; 17,2% têm idades compreendidas entre os 40 e os 54 anos; 5,2% encontram-se entre os 18 e 24 anos; e 1,7% têm menos de 18 anos de idade.

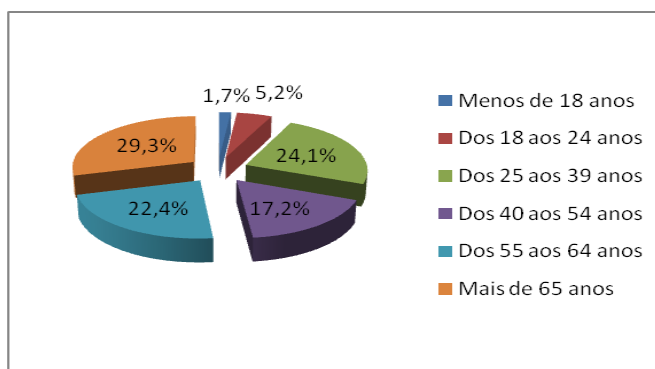


Gráfico 1 – Idade dos moradores do Bairro da Mãe d'Água

- Relativamente ao sexo, como se pode verificar no gráfico 2, 27,6% pertenciam ao sexo feminino e 72,4% ao sexo masculino.

- Quanto às habilitações académicas, como se observa no gráfico 3, a maioria dos inquiridos possuía pouco ou nenhum grau académico, correspondendo 36% ao 1º ciclo, e 31% às pessoas sem escolaridade. Além destes, 12% possuem o 3º ciclo; 10% o ensino secundário; 9% o 2º ciclo; e 2% licenciatura ou equivalência.

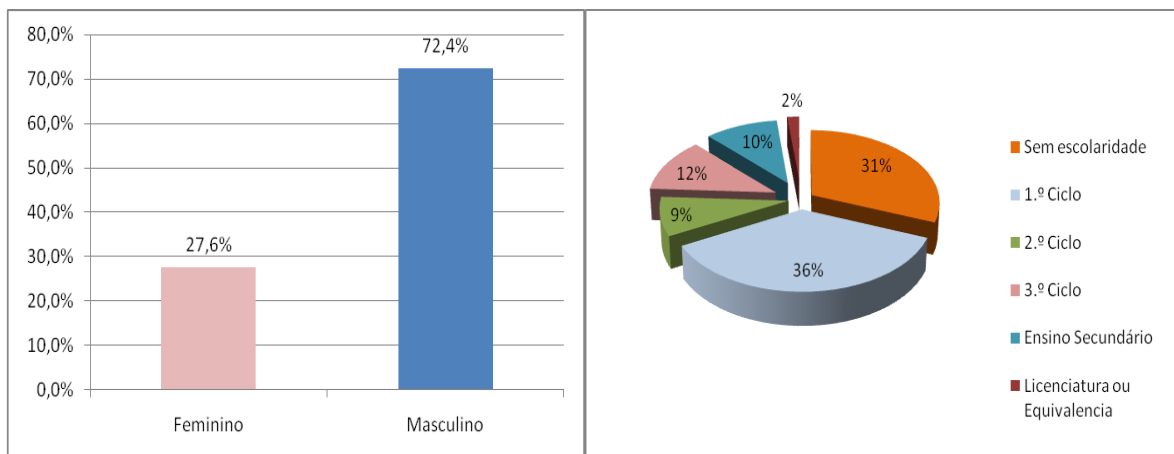


Gráfico 2 – Sexo

Gráfico 3 – Habilitações

- A situação profissional actual evidenciada no gráfico 4, permitiu verificar que 45% dos inquiridos são pensionistas; 27% são trabalhadores por conta de outrem; 17% estão desempregados; 9% são domésticas; e 2% são estudantes.

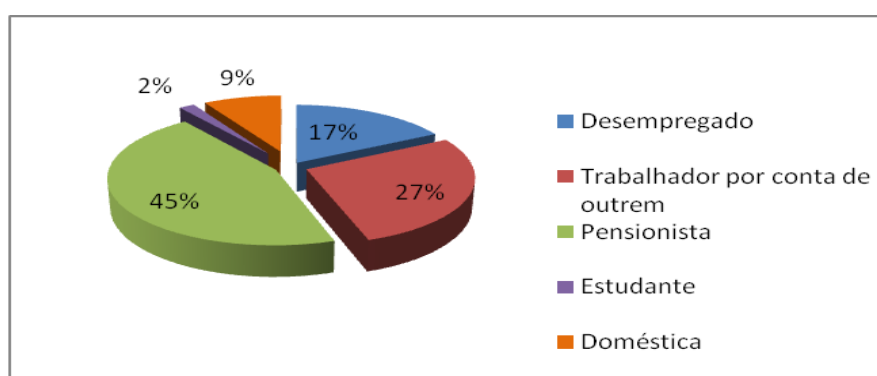


Gráfico 4 – Profissão actual dos moradores do Bairro da Mãe d'Água

- No que respeita ao facto de viver no bairro, como mostra o gráfico 5, 67,2% referiu que gosta, os restantes 32,8% referiram que não gostam de viver neste local.

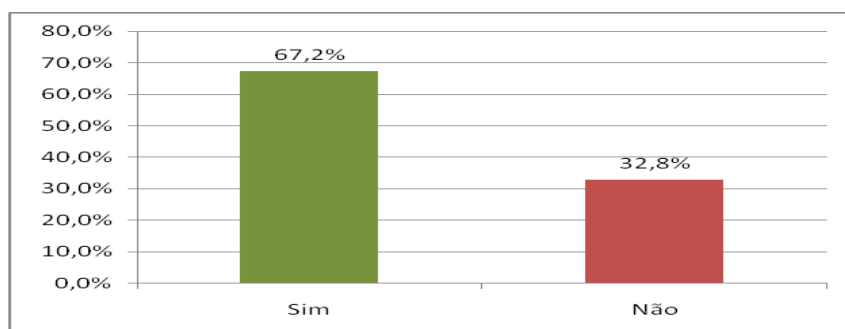


Gráfico 5 – Gosta de viver no bairro da Mãe d'Água

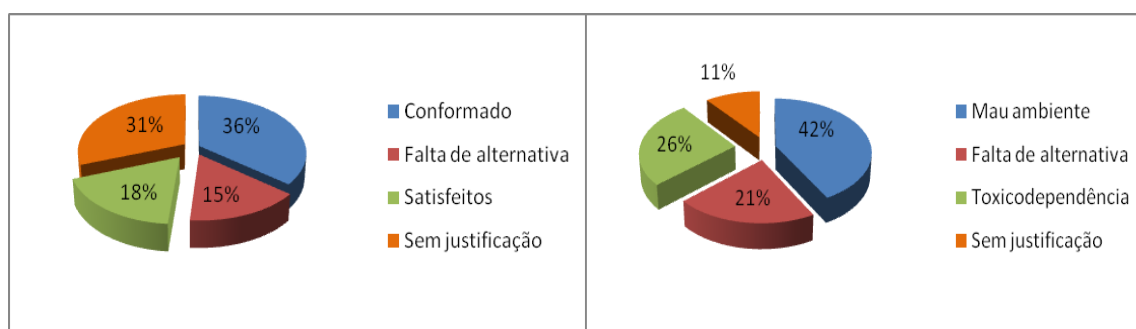


Gráfico 6 - Justificação para o Sim

Gráfico 7 - Justificação para o Não

Das pessoas que responderam gostar de viver no Bairro, como mostra o gráfico 6, 36% justificaram estarem conformadas com a situação; 31% não justificaram; 18% dizem estar satisfeitos; e 15% são obrigadas a morar no bairro porque não têm outra alternativa

A justificação para os que dizem não gostar de viver no bairro, presentes no gráfico 7, deve-se, sobretudo, ao mau ambiente existente no bairro, correspondendo a 42%; 26% à toxicodependência; 21% à falta de alternativa; e 11% não justificaram.

- Quando questionados acerca da relação que mantêm com os moradores do bairro, 93,1% referiram que tinham uma boa relação mas, pelo contrário, 6,9% responderam que não, como se pode verificar no gráfico 8.

Relativamente às pessoas que responderam que tinham uma boa relação com os moradores, 70% afirmaram que era uma relação de companheirismo; 24% estabeleciam uma relação de afectividade e 6% não justificaram, como se pode verificar no gráfico 9.

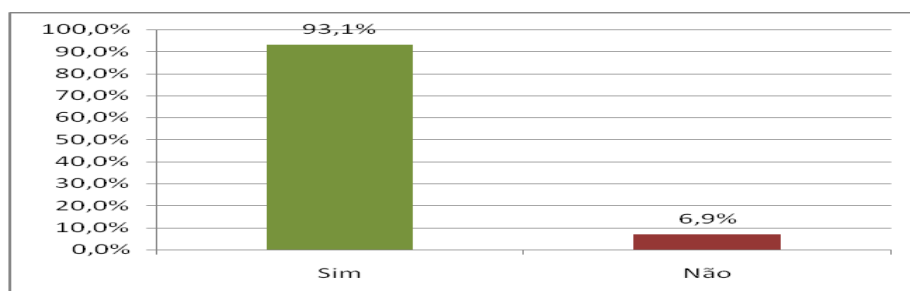


Gráfico 8 – Relação entre os moradores do Bairro da Mãe d'Água

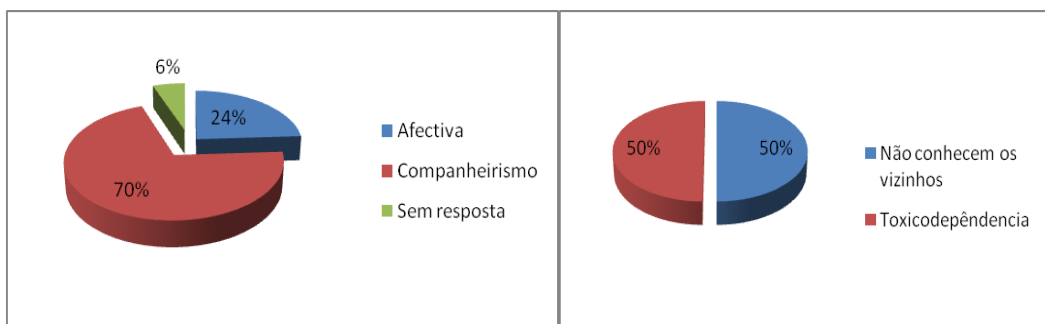


Gráfico 9 – Tipo de relação

Gráfico 10 – Justificação para o Não

Quanto aos que disseram não ter ruma boa relação com os outros moradores 50% justificaram que não conheciam os vizinhos e os outros 50% disseram ser por causa da toxicoddependência, como mostra o gráfico 10.

A maior parte das pessoas, 98,3%, consideraram importante haver uma boa relação entre indivíduos que partilham o mesmo espaço; 58% por questões de segurança; e 17% para evitar problemas. No entanto, 9% refere que é importante mas complicado; e 16% não justificou. É de salientar que apenas 1,7% da população inquirida, mencionou que não é importante haver uma boa relação, pois não se pode dar confiança, como se pode verificar, respectivamente nos gráficos 11, 12 e 13.

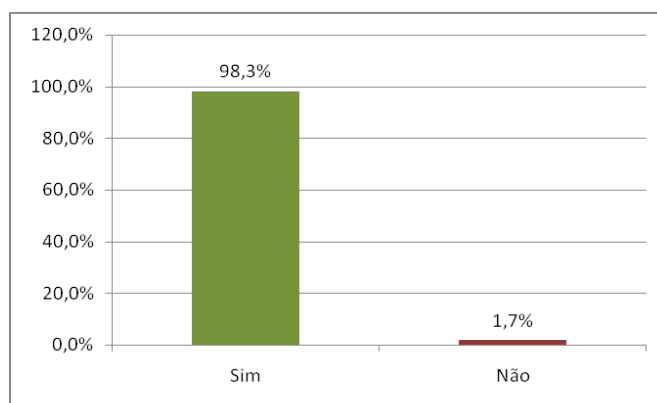


Gráfico 11 – Importante uma boa relação

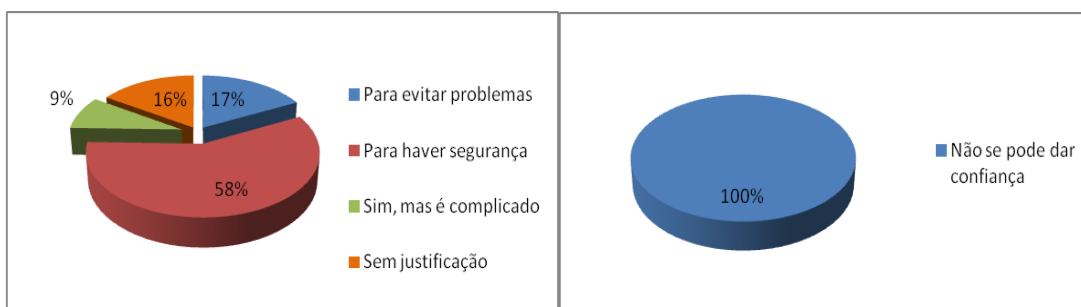


Gráfico 12 – Justificação para o Sim

Gráfico 13 – Justificação para o Não

- Quanto ao ordenamento territorial das habitações, 63,8% não se encontravam satisfeitos com a disposição das casas, 32,8% concorda e para 3,4% é indiferente.

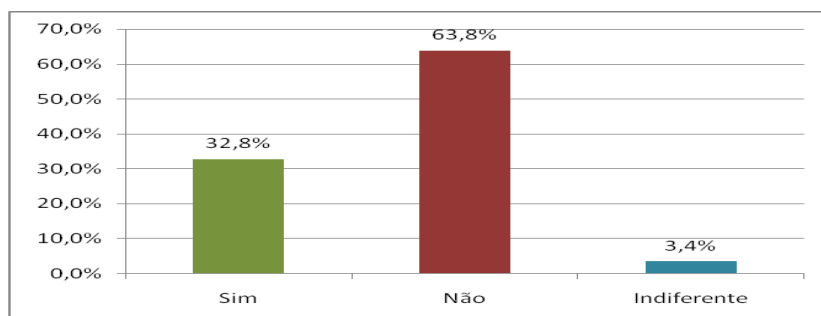
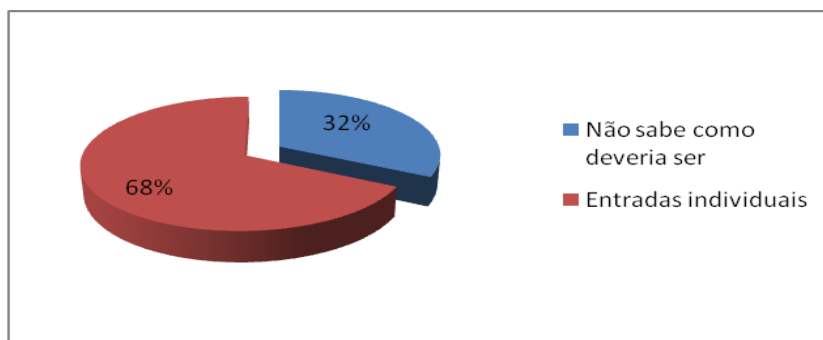


Gráfico 14 – Concordância com o ordenamento territorial

Dos 63,8%, 68% preferiam entrada individual; 32%, embora não estejam satisfeitos, dizem não saber como deveria ser, como mostra o gráfico 15.



Gráfica 15 – Como deveria ser feita

- Em relação à possibilidade de haver transferência de moradores, como se pode observar no gráfico 16, a maior parte dos inquiridos, 72,4%, respondeu que é necessário transferir alguns moradores. Por sua vez, 25,9% refere que não é necessário e, ainda, 1,7% não respondeu.

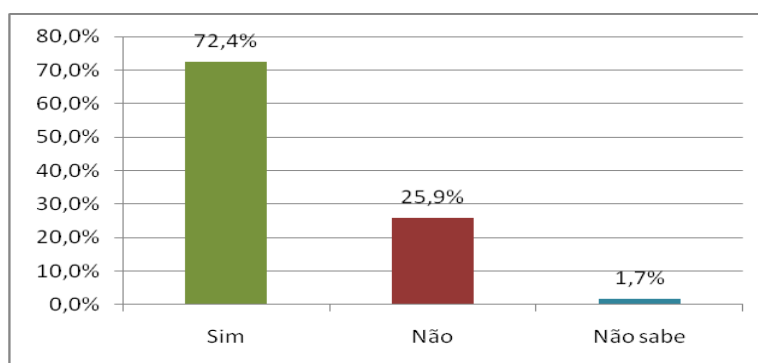


Gráfico 16 – Possibilidade de transferência de alguns moradores

Dos que responderam positivamente, 44% das pessoas justificaram-se pelos problemas sociais; 26% pela mobilidade dos idosos, pois existem idosos a viver em andares superiores, tendo dificuldade de descer e subir escadas; 14% pelo excesso ou falta de

compartimentos para o agregado familiar; 14% não respondeu; e 2% mencionaram a injustiça, referindo haver moradores a viver no bairro com possibilidades económicas, tal como evidencia o gráfico 17.

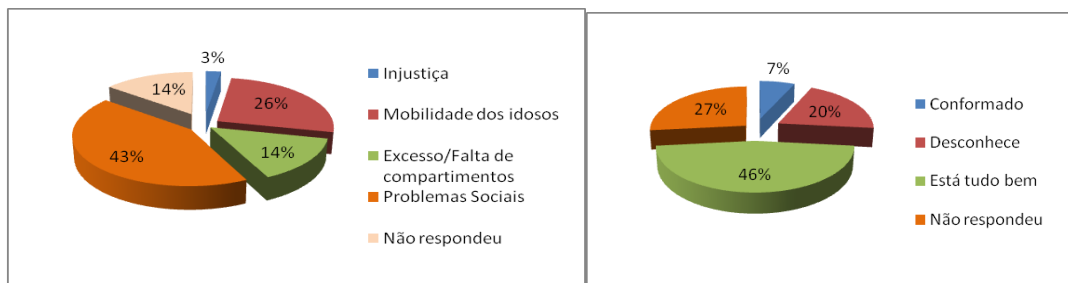


Gráfico 17 – Justificação para o Sim

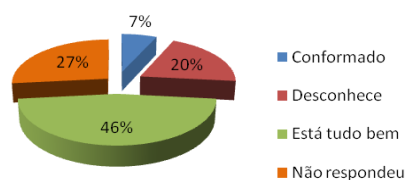


Gráfico 18 – Justificação para o Não

Para os que responderam não 46% disseram estar conformados com a situação, 27% não responderam, 20% desconhecem a situação e para 7% estava tudo bem, como se constata pela observação do gráfico 18.

- Quanto aos espaços destinados para convívio social, 67,2% dos inquiridos referem que estes não existem, todavia, 32,8% referem que existem espaços para convívio. É de salientar que das pessoas que responderam que o bairro não dispõe de espaços destinados para convívio social, 51,7% consideram necessário a existência desses espaços; 43% destas vêm esses espaços como sendo importantes para conviver; 17% afirmam que são necessárias para os idosos; 10% consideram que é importante existir espaços para convívio social, mas estes não devem ser frequentados por todos; e 17% não justificaram a sua opção. Pelo contrário, 12,1% mencionaram que não são necessários estes espaços; sendo que 57% destes referiram que não se pode dar confiança a toda a gente; 29% disseram que muitos iam destruir estes espaços; e 14% não justificaram, como se pode constatar pela observação, respectivamente dos gráficos 19, 20, 21 e 22.

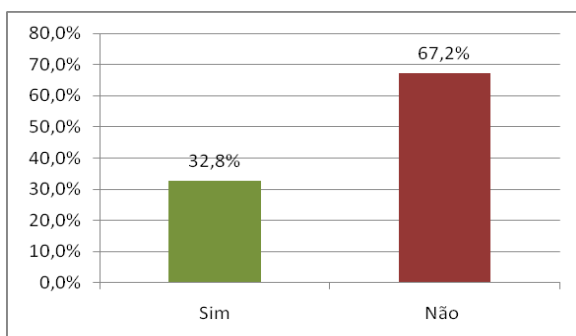


Gráfico 19 – Espaços para convívio social

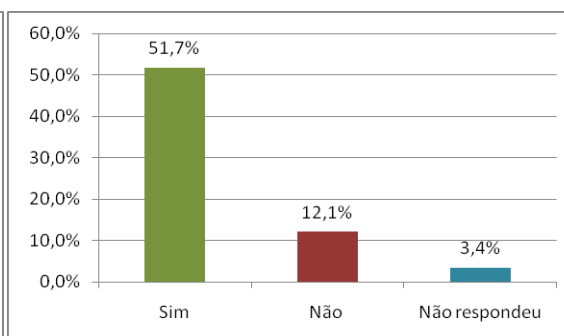


Gráfico 20 – Necessidade de espaços para convívio social

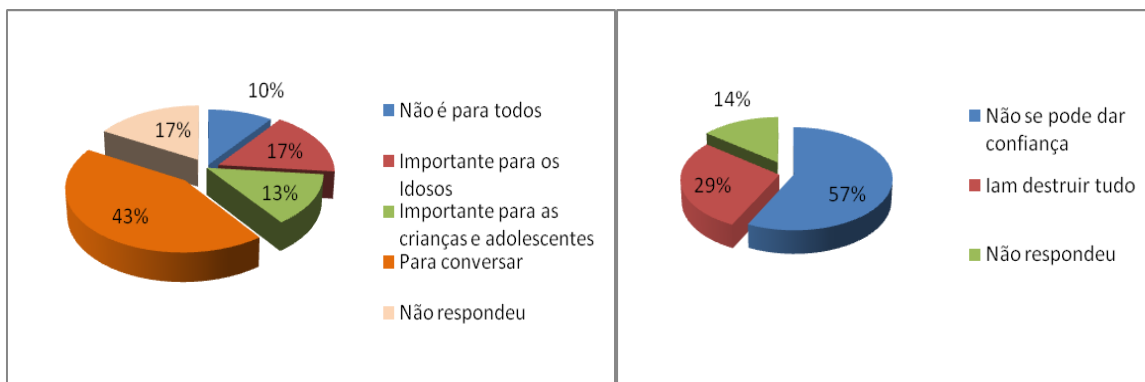


Gráfico 21 – Justificação para o Sim

Gráfico 22 – Justificação para o Não

- Quando questionados sobre a existência de instituições que beneficiam os moradores do bairro, 77,6% afirmaram que existem; 15,5% que não existem; e 6,9% não têm conhecimento. Dos que responderam afirmativamente, 42% fizeram referência à igreja; 18% ao Santo Condestável; 8% à instituição Reaprender a Viver; 8% à escola; com a mesma percentagem referiram o estabelecimento comercial, outros 8% referiram um pavilhão desportivo; 5% indicaram o parque/jardim recreativo; 1% um lar; 1% a Segurança Social; e com a mesma percentagem o Centro de Apoio a Toxicodependentes (CAT), como se pode observar, respectivamente, nos gráficos 23 e 24.

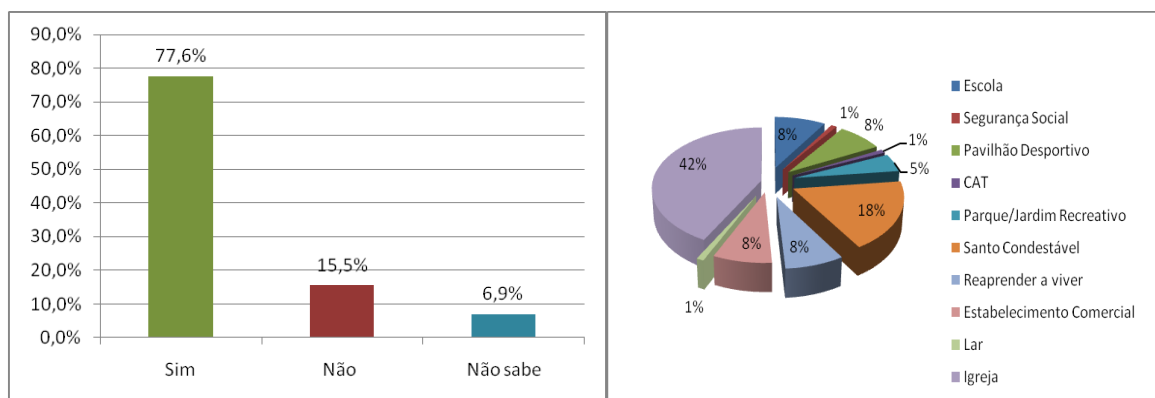


Gráfico 23 – Instituições que beneficiem os moradores

Gráfico 24 – Nome das Instituições

- No que se refere às condições de habitação, mais concretamente à relação entre o número de quartos e o número de residentes, podemos observar no gráfico 25, que a maioria, 65%, tinha quartos em excesso; 21% possuíam quartos suficientes para o agregado familiar; e 14% referiram que não tinham quartos suficientes.

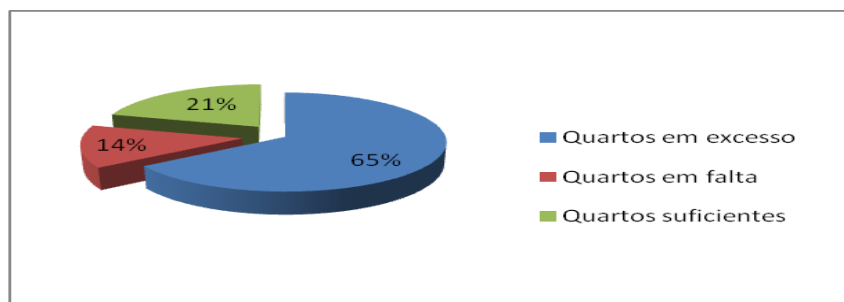


Gráfico 25 – Relação número de quartos/número de residentes

Como mostra o gráfico 26, 55,2% dos inquiridos referiram beneficiar de condições mínimas de habitação desejáveis; e 44,8% disseram que não.

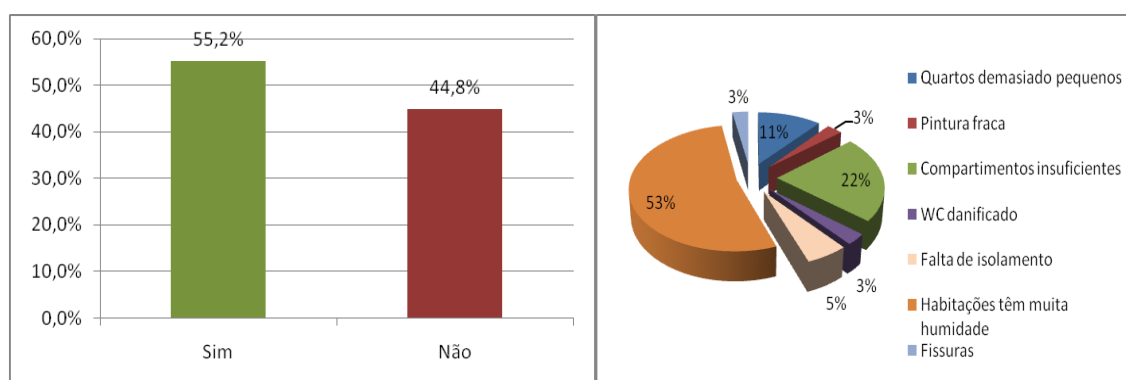


Gráfico 26 – Habitação com condições mínimas

Gráfico 27 – Motivo de insatisfação

Dos que responderam negativamente, como mostra o gráfico 27, 53%, indicaram que o motivo da sua insatisfação se deve à existência de humidade; 22% não disseram não terem compartimentos suficientes; 11% mencionaram que os quartos são demasiado pequenos; 5% indicaram que a sua habitação tem falta de isolamento; 3% referiram a existência de uma pintura fraca na habitação; com a mesma percentagem fizeram referência às fissuras nas habitações; e outros 3% ao WC danificado, ou sem condições.

- No que respeita à opinião destes inquiridos sobre o próprio bairro, 28% apontaram que o bairro é carenciado; outros 28% que é marginal; 25% consideraram que existem pessoas conflituosas dentro do bairro; 7% vêem o bairro como sendo seguro; 6% afirmaram ser um bairro problemático; 3% vêem o bairro como inseguro; 2% encararam o bairro como não tendo problemas; e 1% referiram que existem pessoas perigosas dentro do mesmo, como se pode verificar no gráfico 28.

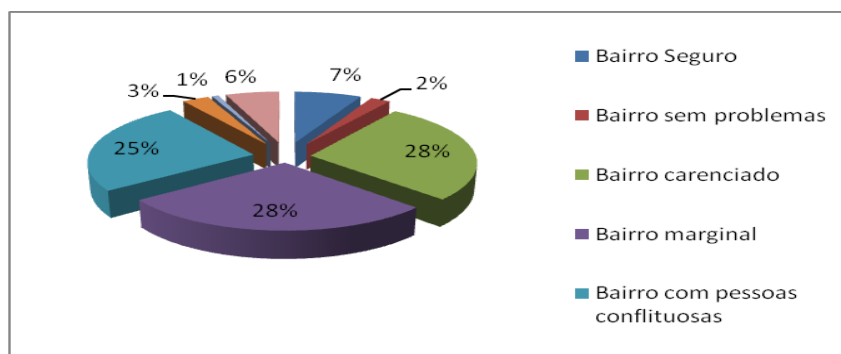


Gráfico 28 – Opinião sobre o Bairro

- Quanto à existência de problemas sociais no bairro, pode ler-se nos gráficos 29 e 30, respectivamente, que 100% dos inquiridos afirmam que existem. Das respostas obtidas, 29% dizem respeito à toxicodependência; 20% ao alcoolismo; 16% ao analfabetismo; 15% referem-se à marginalidade; 10% devido à violência; 7% à prostituição; 3% relativo a doenças infecto-contagiosas.

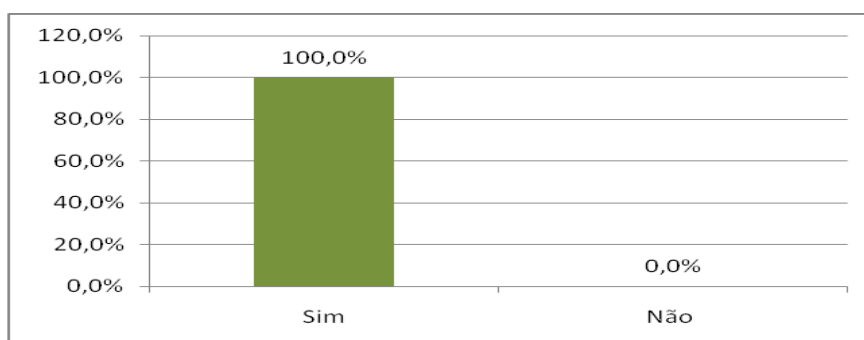


Gráfico 29 – Existência de problemas sociais no bairro

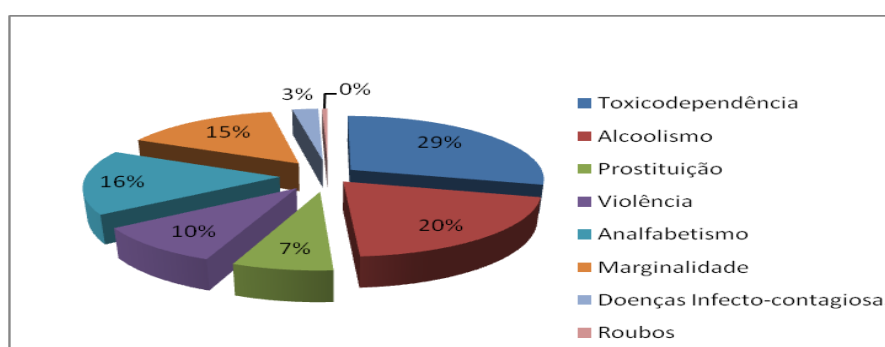


Gráfico 30 – Problemas sociais do Bairro

- Relativamente ao facto do Bairro da Mãe d'Água ser gerador ou não de pobreza, 62,1% responderam que sim; e 37,9% que não. Das áreas onde sentem mais pobreza, 27% dos inquiridos apontam para os serviços de saúde; 24% para questões de emprego; 21% relativos

a problemas de acesso à educação; 18% em áreas como a habitação; e 10% referem os tempos de lazer, como se verifica, respectivamente nos gráficos 31 e 32.

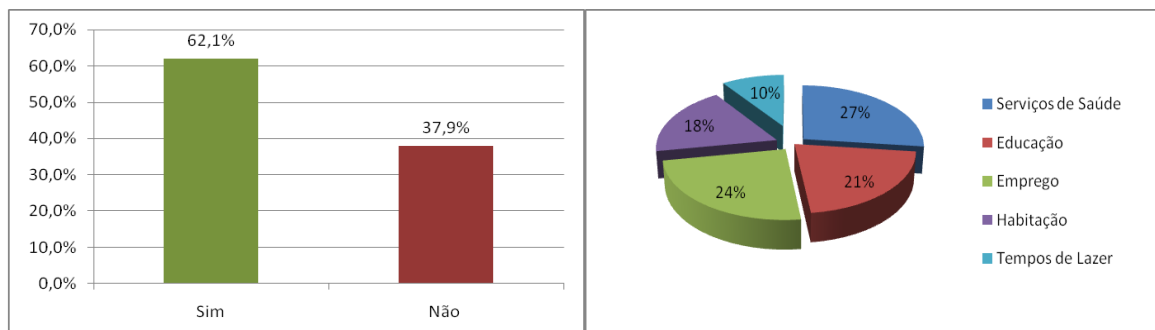


Gráfico 31 – O Bairro é ou não gerador de pobreza

Gráfico 32 – Áreas onde se sente a pobreza

Através dos gráficos 33, 34 e 35 pode observar-se, respectivamente, que as dificuldades de oportunidades de emprego, pelo facto de viverem num bairro social são, para 22,4% um facto prejudicial e real; 77,6% dizem que não é prejudicial. Dos que responderam sim, 100% indicam que existe uma má ideia em relação ao bairro. Das respostas negativas, 49% não justificaram; 33% referem que o sítio onde se mora não influencia estas oportunidades; 11% já possuíam trabalho; e 7% destacam que só não trabalha quem não quer.

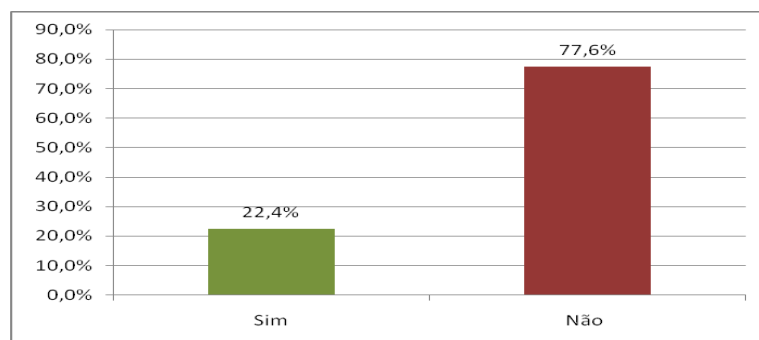


Gráfico 33 – Dificuldades de oportunidades de emprego

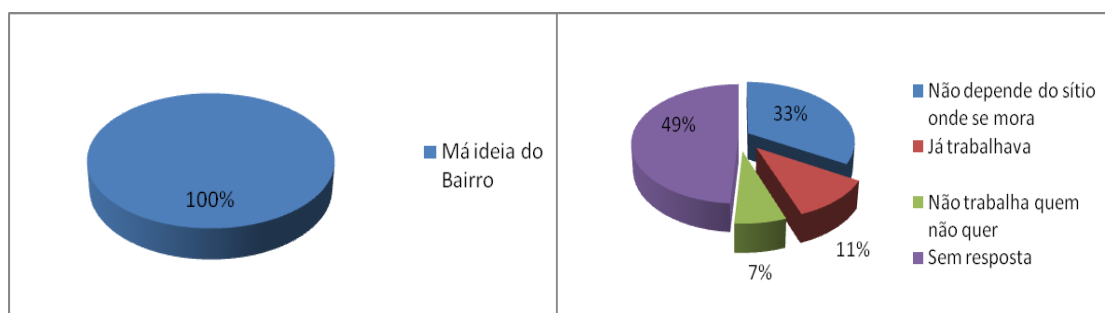


Gráfico 34 – Justificação para o Sim

Gráfico 35 – Justificação para o Não

- Considerando a possibilidade de ser excluído pelos moradores do bairro, 96,6% dos inquiridos responderam que não, e 3,4% responderam sim. Das justificações obtidas para o não, 37% referem que se relaciona com todos; 29% dizem que não dá confiança; e 34% não justificaram. Quanto às respostas afirmativas, 50% explicam que o facto de pertencer à igreja evangélica influencia na relação com os outros; sendo que outros 50% não justificaram, como se pode observar nos gráficos 36, 37, e 38, respectivamente.

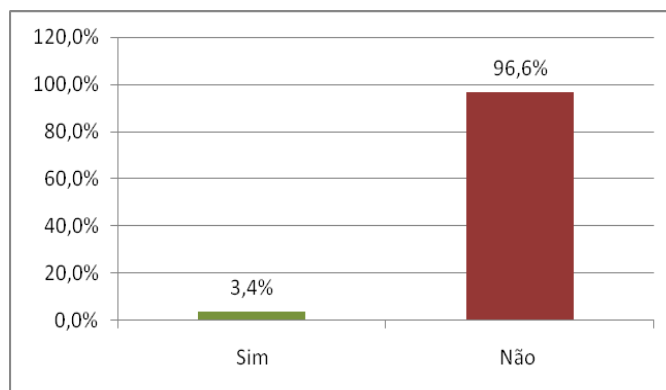


Gráfico 36 – Exclusão pelos moradores do Bairro

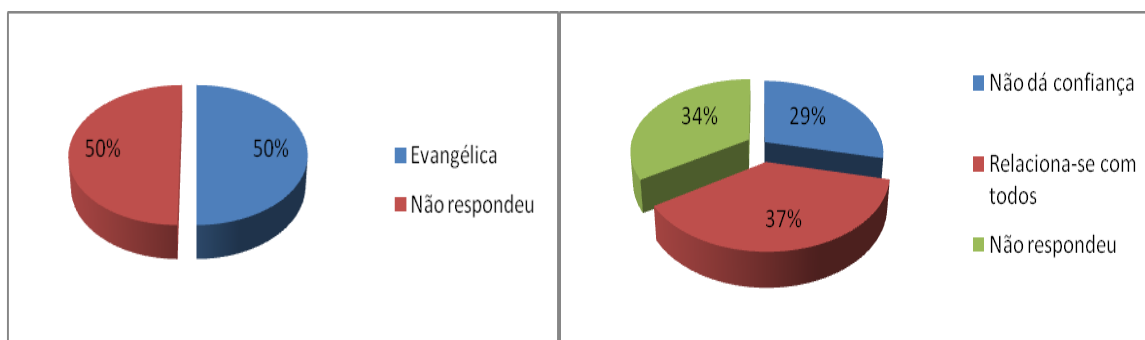


Gráfico 37 – Justificação para o Sim

Gráfico 38 – Justificação para o Não

- Quando questionados sobre a possibilidade de viver noutra cidade de Bragança, 53,4% afirmam preferir viver noutra cidade; 44,8% referem que não; e 1,7% não responderam. Dos inquiridos que responderam sim, 79% não justificaram; 16% não gostam de viver no bairro; e 5% justificam que o bairro se encontra distante do seu local de trabalho. Contudo, daqueles que referem querer permanecer no bairro, 92% mencionam estar habituados a viver neste local, daí se sentirem bem; 4% possuem afinidade com as pessoas do bairro; e outros 4% não justificaram. É importante salientar que a maior parte das pessoas que responderam não querer mudar de bairro, são idosos o que pode explicar o seu conformismo. Esta análise está presente, respectivamente, nos gráficos 39, 40 e 41.

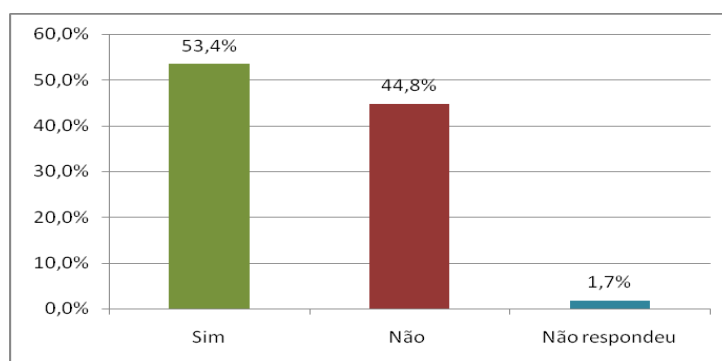


Gráfico 39 – Preferência por viver noutra Bairro

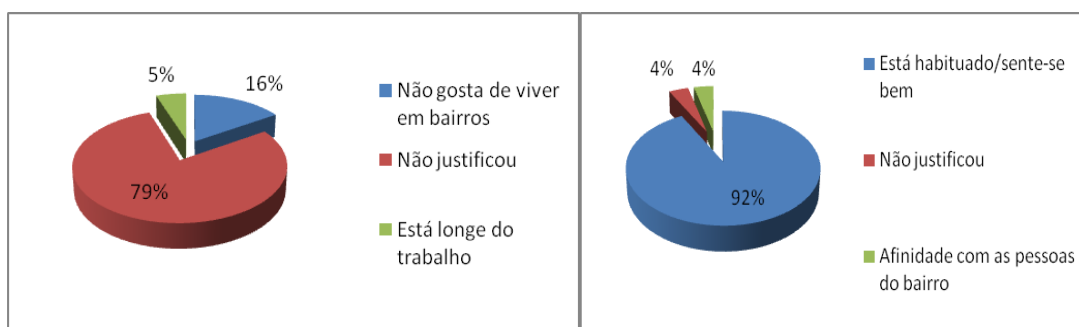


Gráfico 40 – Justificação para o Sim

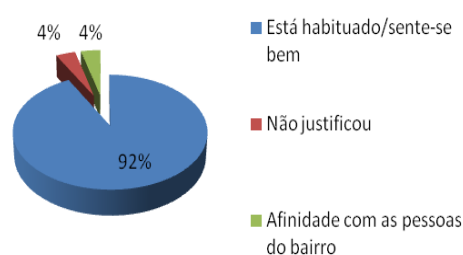


Gráfico 41 – Justificação para o Não

- Quanto ao fenómeno da exclusão social, pode observar-se nos gráficos 42, 43 e 44, respectivamente, que 69% aludem que o facto de viver no bairro social não contribui para a exclusão social; porém, 38% afirmam que contribui. Dos que referem que o facto de viver no bairro social contribui para a exclusão social, 78% justificam ser pela imagem negativa do bairro; 5% dizem que é consequência da pobreza do bairro; e 17% não justificaram. Dos 38% que responderam negativamente, 55% afirmam nunca se ter apercebido deste fenómeno; e 45% não justificaram.

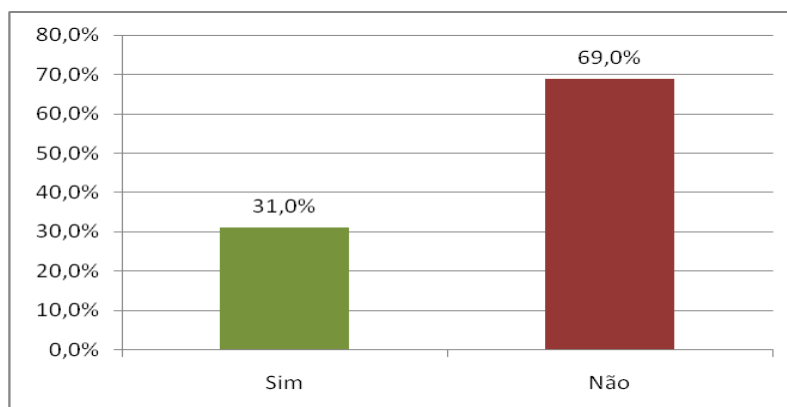
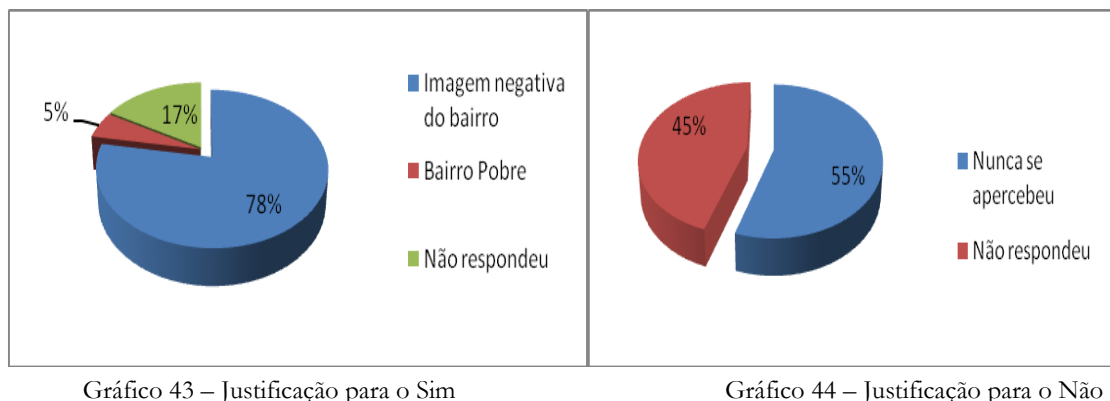


Gráfico 42 – Viver num bairro social contribui ou não para a exclusão social



Considerações finais

Relativamente ao estudo realizado no Bairro da Mãe d' Água, e a partir da análise obtida através dos inquéritos por questionários, constata-se que o bairro é envelhecido e que a maior parte das pessoas possui pouco ou nenhum grau académico, existindo alguns casos de analfabetismo. Quanto ao facto de viver no bairro, a maioria das pessoas sente-se conformada, o que não significa que estejam satisfeitas, gostam de viver no bairro mas consideram necessário haver transferência de alguns moradores.

Quanto ao exterior do bairro, é importante referir que na opinião dos moradores, o bairro possui espaços verdes, embora sejam insuficientes, degradados e mal aproveitados.

Em relação aos espaços de convívio social, os moradores mencionam que são insuficientes, e que não devem ser frequentados por todas as pessoas, para não serem utilizados para outros fins.

No que respeita às condições de habitação, a maior parte dos moradores referem ter quartos em excesso para o seu agregado familiar. No entanto, mencionam problemas nas habitações, nomeadamente, a humidade, pintura fraca, fissuras, falta de isolamento, entre outros.

De um modo geral, pode afirmar-se que o bairro é carenciado, marginal, pobre, com pessoas conflituosas, e que a maior parte dos moradores preferia viver noutro local.

Importa, ainda, referir que todos os inquiridos mencionam haver problemas sociais no bairro, designadamente, a toxicodependência, e o alcoolismo.

Contudo, os seus moradores consideram que o Bairro da Mãe d' Água é um bairro gerador de pobreza, porém não um bairro de exclusão social.

Sugestões

Tendo em conta os problemas mencionados pelos inquiridos, o grupo sugere realizar uma intervenção faseada no bairro. Esta intervenção começaria pelo melhoramento das infra-estruturas, requalificação do espaço interior e exterior do bairro, aumento dos espaços verdes e melhoramento dos já existentes, repavimentação das ruas, abertura de espaços de convívio social e mais policiamento, no sentido de aumentar a segurança e combater o tráfico de droga.

Referências Bibliográficas

- Almeida, J., Capucha, L., Costa, A., Machado, F., Nicolau, I. e Reis, E. (1994). *Exclusão Social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*. 2ª Edição. Oeiras: Celta Editora.
- Clavel, G. (2004). *Sociedade da Exclusão: Compreendê-la para sair dela*. Porto: Porto Editora.
- Costa, A., Baptista, I., Cardoso, A., Rasgado, S.. (1998). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: A região de Lisboa e Vale do Tejo*. Lisboa: Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social.
- Deshaias, B. (1992). *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fernandes, A. (1991). Formas e mecanismos de exclusão social. *Sociologia*, 3 (vol.I, I série), 9-66.
- Organização Internacional do Trabalho, (2003). *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal: Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. Genebra: Programa STEP-BIT/Genebra.
- Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., Januário, S. (1999). A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. *Sociologia*, 3, 63-101.
- Silva, Augustos Santos e Pinto, José Madureira (1986). *Metodologias das Ciências Sociais* (8ª Edição). Lisboa: Edições Afrontamento.